Missões
Revista de Ciências Humanas e Sociais

REDUÇÕES JESUÍTICO - INDÍGENAS: GUARANIZAÇÃO, REPRESENTAÇÕES, NARRATIVAS E PROCESSOS DE HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL NO TAPE

REDUCCIONES JESUITAS - INDÍGENAS: GUARANIZACIÓN, REPRESENTACIONES, NARRATIVAS Y PROCESOS DE HOMOGENEIZACIÓN CULTURAL EN TAPE

JESUIT - INDIGENOUS REDUCTIONS: GUARANIZATION, REPRESENTATIONS, NARRATIVES, AND PROCESSES OF CULTURAL HOMOGENIZATION IN THE TAPE

Recebido em: 13/10/2025
Aceito em: 22/11/2025
Publicado em: 24/05/2026

André Luis Freitas da Silva[1]
Universidade Federal da Grande Dourados

Resumo: O presente artigo analisa o processo de guaranização ocorrido nas reduções de jesuítas e indígenas instaladas no território da antiga Província do Paraguai, com ênfase na região do antigo tape, atual Rio Grande do Sul. O conceito de guaranização desenvolvido a partir de fontes coloniais e da crítica etno-histórica, permite compreender como cronistas, missionários e administradores coloniais contribuíram para a criação de uma imagem homogênea do chamado "índio guarani", invisibilizando a diversidade étnica e cultural que caracterizava as populações nativas meridionais. A partir de referenciais teóricos da História Cultural e da Etno-História discuto a maneira pela qual a língua, a catequese e a estrutura missioneira promoveram não apenas a conversão religiosa, mas a reconfiguração simbólica e identitária de grupos étnicos nativos sob o signo do "Guarani". Fontes históricas e autores contemporâneos servem de base para problematizar o modo como uma parte da historiografia e os discursos coloniais projetaram sobre o território uma unidade sociocultural dispersa no tempo e no espaço que não existiu de fato. Neste sentido, considero que o fenômeno da guaranização foi menos um processo étnico real e mais uma operação discursiva e política, consolidada nas reduções como parte do projeto de cristianização e ordenamento realizado coroa espanhola.

Palavras-chave: Guaranização; Reduções Jesuíticas; História Indígena; Etno-história; Tape.

Resumen: Este artículo analiza el proceso de guaranización que tuvo lugar en las reducciones jesuitas e indígenas establecidas en el territorio de la antigua Provincia del Paraguay, con énfasis en la región del antiguo Tape, actual Rio Grande do Sul. El concepto de guaranización, desarrollado a partir de fuentes coloniales y la crítica etnohistórica, permite comprender cómo cronistas, misioneros y administradores coloniales contribuyeron a la creación de una imagen homogénea del llamado "indio guaraní", invisibilizando la diversidad étnica y cultural que caracterizaba a las poblaciones nativas del sur. Mediante marcos teóricos de la historia cultural y la etnohistoria, se analiza cómo el lenguaje, el catecismo y la estructura misionera promovieron no solo la conversión religiosa, sino también la reconfiguración simbólica e identitaria de los grupos étnicos nativos bajo el signo del «guaraní reducido». Fuentes históricas y autores contemporáneos sirven de base para problematizar cómo parte de la historiografía y los discursos coloniales proyectaron sobre el territorio una unidad sociocultural que en realidad no existía. Considero que el fenómeno de la guaranización fue menos un proceso étnico real y más una operación discursiva y política, consolidada en las reducciones como parte del proyecto de cristianización y ordenamiento llevado a cabo por la corona española.

Palabras-chaves: Guaranización; reducciones jesuitas; historia indígena; etnohistoria; Tape.

[1] Licenciado em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Santo Ângelo, RS. Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, MS. Professor Associado na Faculdade Intercultural Indígena – FAIND/UFGD, atuando no curso de Licenciatura Indígena Teko Arandu. E-mail: andrefreitashistoria@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Abstract: EThis article analyzes the process of Guaranization that occurred in the Jesuit and indigenous reductions established in the territory of the former Province of Paraguay, with emphasis on the region of the former Tape, present-day Rio Grande do Sul. The concept of Guaranization, developed from colonial sources and ethno-historical criticism, allows us to understand how chroniclers, missionaries, and colonial administrators contributed to the creation of a homogeneous image of the so-called "Guarani Indian", making invisible the ethnic and cultural diversity that characterized the southern native populations. Using theoretical frameworks from Cultural History and Ethno-History, I discuss how language, catechism, and the missionary structure promoted not only religious conversion but also the symbolic and identity reconfiguration of native ethnic groups under the sign of the "reduced Guarani." Historical sources and contemporary authors serve as a basis for problematizing how a part of historiography and colonial discourses projected onto the territory a sociocultural unity that did not actually exist. I consider that the phenomenon of Guaranization was less a real ethnic process and more a discursive and political operation, consolidated in the reductions as part of the project of Christianization and ordering carried out by the Spanish crown.

Keyword: Guaranization; Jesuit reductions; Indigenous history; Ethnohistory; Tape.

INTRODUÇÃO

A antiga Província do Paraguai, desde o século XVI, foi um vasto território de fronteiras móveis e múltiplas etnicidades. Antes mesmo da consolidação das reduções organizadas por jesuítas e indígenas, populações diversas nos costumes, na origem, na cultura e na língua, habitavam o espaço compreendido entre os rios Paraná, Uruguai e Paraguai, áreas que hoje pertencem ao Paraguai, à Argentina, ao Uruguai, ao Sul e parte do Centro Oeste do Brasil. A complexidade étnica dessas terras, contudo, foi em grande medida ocultada, mal compreendida ou mal descrita por cronistas coloniais e pelos próprios missionários que, ao nomear e classificar os povos indígenas, promoveram uma homogeneização discursiva, chamando de *Guarani,* grupos que em muitos casos possuíam línguas, costumes e cosmologias distintas.

O termo *Guarani* tornou-se, desde os primeiros escritos europeus, uma categoria genérica, aplicada a uma vasta gama de povos tidos como “da mesma língua e nação”. Essa generalização que começou a ser construída já nos primeiros relatos de cronistas, tais como Luis Ramírez, Sebastião Caboto, Cabeza de Vaca, e amplificada pelo cosmógrafo oficial do rei Felipe II, Juan López de Velasco, seria posteriormente reforçada pela ação missionária da Companhia de Jesus, especialmente após a fundação de reduções na primeira metade do século XVII.

Considero que é a partir desse contexto histórico que emerge o fenômeno da guaranização[2], um processo que não se deu apenas nas relações de contato ou na esfera material da cultura, mas sobretudo no campo narrativo, como uma operação discursiva que produziu o

[2] Observo que o termo guaranização não foi utilizado no período colonial e não é uma criação deste autor que vos fala, ele é um termo que surgiu no âmbito da academia para entender as complexas relações interétnicas e o expansionismo guarani descrito em papeis produzidos no período colonial.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

"Guarani colonial" como categoria hegemônica e identitária ocupando grande parte das terras baixas da América Meridional.

A guaranização, entendida como representação e não apenas como fato histórico, consistiu na exaltação de um povo em detrimento de outros. Foi um ato simbólico que, ao mesmo tempo em que valorizava a "nobreza guerreira, cultural e linguística" atribuída aos Guarani, invisibilizava uma pluralidade de povos reunindo-os sob um mesmo nome. Tal processo teve como consequência histórica a formação de uma memória colonial unificadora, na qual, o Guarani passou a representar o indígena por excelência em grande parte da região platina.

O presente artigo, ao retomar os argumentos que desenvolvi em anos anteriores (Silva, 2018) e articulá-los com as contribuições de outros pesquisadores da história, tem por objetivo analisar o processo ocorrido nas reduções jesuítico-indígenas estabelecidas no território da antiga Província do Paraguai que contribuiu para a invisibilização de outros grupos étnicos nas narrativas históricas sobre o índio colonial. O foco recai particularmente sobre a região do antigo Tape, termo que em seus inícios abarcava a banda oriental do rio Uruguai e a zona central do que é hoje o atual Rio Grande do Sul, mas que se generalizou ainda no século XVII, partir das investidas das bandeiras paulistas, que atribuíam o termo Tape a grande parte do território do que é hoje o Rio Grande do Sul.

Este artigo é do campo da história, portanto, trata da escrita da história, na qual, a partir de uma perspectiva da História Cultural e da Etno-História, procuro discutir a guaranização como um fenômeno discursivo, institucional e simbólico que atuou tanto no plano das representações quanto nas práticas concretas de evangelização e organização social. A escolha das reduções do antigo Tape, especialmente as que se constituíram no segundo ciclo missioneiro, como recorte, não é casual, pelo fato de que as mesmas representam a aplicação bem-sucedida do modelo de reduções jesuíticas para evangelizar e organizar os indígenas. Trata-se, portanto, de um espaço paradigmático para entender o modo como os jesuítas criaram, pela língua e pela fé, um "povo novo", redefinindo as fronteiras étnicas e culturais em nome da cristandade e da ordem colonial.

O artigo se estrutura em cinco partes. Na primeira, procuro contextualizar o cenário multiétnico da antiga Província do Paraguai e a formação das reduções jesuítico-guarani. Na segunda, procuro analisar a guaranização como narrativa colonial, evidenciando como os primeiros discursos de cronistas e posteriormente as narrativas dos missionários consolidaram

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244
v. 12, n. 2, maio.-ago. 2026
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

a ideia de um povo amplamente disperso no tempo e no espaço, e socioculturalmente homogêneo. A terceira parte discute o caso do antigo Tape, onde a experiência reducional atingiu seu auge. Na quarta parte, examino o papel da língua e da catequese como instrumentos de unificação cultural e simbólica. Por fim, a quinta parte proponho uma leitura da guaranização como um processo de apagamento e reinvenção identitária, refletindo sobre seus impactos na historiografia e na memória indígena contemporânea.

A FORMAÇÃO DAS REDUÇÕES E O CENÁRIO MULTIÉTNICO DO ANTIGO PARAGUAI

A antiga Província do Paraguai, desde o início da colonização ibérica, configurou-se como um espaço de grande diversidade étnica. Muito antes da chegada dos missionários jesuítas, os rios Paraná, Paraguai e Uruguai serviam como rotas de locomoção e contato entre inúmeros povos que falavam diferentes línguas, compartilhando e também disputando territórios. Somando-se as fontes históricas, as evidências arqueológicas e linguísticas indicam que a região era habitada por grupos hoje considerados como pertencentes às famílias Tupi-Guarani, Jê, Arawak, Mataco-Mataguayo, Guaicurú, entre outras. Parte dessa pluralidade linguística e cultural, contudo, foi sendo progressivamente reduzida no papel por meio da ação dos colonizadores e missionários, que passaram a designar amplos contingentes nativos como pertencentes a uma mesma "nação guarani".

Nos primeiros relatos do século XVI, tal como a carta de Luis Ramírez, os escritos de Sebastião Caboto e posteriormente Cabeza de Vaca, já se percebe a emergência de uma categoria unificadora para nomear povos das Províncias do Rio da Prata. Etnônimos como *Carijó* (atual Florianópolis), *Carió* (atual Assunção), *Chandule* (no delta do Rio da Prata), foram sendo empregados de forma intercambiável, sem distinções etnográficas precisas com o termo *guarini,* que não era atributo de povo, mas sim atributo de indivíduos (guerreiro) ou indicava uma situação de guerra. No decorrer do processo histórico, nos escritos coloniais, "guarini" passa a identificar um povo, "guarani".

Entendo que neste contexto nasce a guaranização como um fenômeno narrativo, isto é, uma operação discursiva de homogeneização. O ato de "guaranizar" significou, nesse contexto, atribuir a diferentes povos um conjunto de características, língua, cultura, religiosidade e valentia guerreira, que foram consideradas típicas dos Guarani colonial. Tal generalização foi reforçada pelas necessidades administrativas e religiosas da conquista, que buscavam reduzir a multiplicidade indígena a categorias compreensíveis e governáveis.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Conforme observou Bartomeu Melià (1988, p. 20), “cada época e tipo de relação entablada entre europeus e guaranis foi inventando um rosto novo para esses índios”. Assim, a imagem do Guarani foi sendo moldada conforme as exigências do tempo colonial: ora como aliado, dócil e evangelizável, ora como guerreiro altivo e expansivo. Essa capacidade de adaptar a categoria do Guarani colonial a diferentes facetas permitiu que os cronistas construíssem uma representação abrangente, capaz de abarcar populações muito distintas entre si. Juan López de Velasco (1570), cronista do Conselho das Índias, chegou a afirmar que “la lengua de los que se llaman guaraníes es la que generalmente se habla en todas las provincias”, reforçando a noção de uma língua universal e, por consequência, de uma identidade coletiva única.

Na verdade, a homogeneização linguística foi um dos principais vetores do processo de guaranização. A chamada *língua geral guarani* tornou-se, nas províncias do Rio da Prata, um instrumento de comunicação interétnica e de evangelização. O jesuíta Alonso de Barzana (1594) já havia notado que “la lengua que habla toda esta nación, tan a la larga, es una sola”, e que mesmo o tupi do Brasil se diferenciava apenas levemente da fala guarani. Essa observação ecoaria mais tarde em Antonio Ruiz de Montoya, autor da *Tesoro de la Lengua Guaraní* (1639), que descreveu a língua guarani como “tan universal, que domina ambos los mares, el del Sur por todo el Brasil y ciñendo todo el Perú con los dos más grandiosos ríos del orbe, el de la Plata y el Marañón”. Em outras palavras, a língua guarani foi elevada a um estatuto civilizatório, um código linguístico comum a todo o universo indígena meridional, uma construção simbólica que solidificou o mito da unidade guarani.

A chegada efetiva dos jesuítas à região, a partir de 1609, conferiu novo sentido a essa tendência. A política missioneira visava não apenas converter, mas também ordenar e concentrar os indígenas em espaços controlados: as reduções. Tais aldeamentos, conforme assinala Melià (1988), funcionavam como verdadeiros laboratórios de transformação social, onde o indígena era reconfigurado em um sujeito cristão, sedentário e produtivo. Dentro das reduções, a língua guarani foi institucionalizada como idioma de ensino e pregação, substituindo as variedades locais. Desse modo, os jesuítas criaram uma unidade linguística e identitária que serviu de base para a consolidação do “povo guarani” como categoria missioneira.

No entanto, conforme demonstrou Pedro Lozano em sua *Historia de la Compañía de Jesús del Paraguay* (1754), essa unificação linguística e cultural era apenas aparente. Em suas descrições, Lozano reconhece a presença de diferentes etnias nas reduções, algumas falantes do

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244
v. 12, n. 2, maio.-ago. 2026
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

guarani e outras não. Ainda assim, todas eram tratadas como integrantes da "nação guarani", o que evidencia um esforço deliberado de reclassificação étnica. O mesmo autor observou que "todas estas gentes usaban del idioma general Guarani, excepto los Gualachos e Ybirayáras, que tenían lenguajes peregrinos" (p.133). Ou seja, falar guarani, ainda que como segunda língua, era o suficiente para ser considerado Guarani. Esse mecanismo linguístico e simbólico transformou o uso da língua em critério de pertencimento, produzindo uma identidade, conforme (SANTOS 1999), "de papel", que subsumiu as diferenças culturais sob um único nome.

O processo de fundação das reduções reforçou essa guaranização. Entre 1609 e 1768, a Companhia de Jesus organizou aproximadamente 57 reduções distribuídas entre as províncias do Guairá, Tape, Paraná, Uruguai e Itatim, das quais cerca de trinta floresceram como verdadeiros centros urbanos. Nessas comunidades, as populações eram amalgamadas sob o signo da fé católica e da língua guarani, dando origem a uma nova categoria sociocultural: o Guarani reduzido, que não era o mesmo Guarani das crônicas do século XVI, pois tratava-se de uma criação colonial, um sujeito reinventado segundo os padrões europeus de civitas e cristandade.

A política de homogeneização missioneira estava em consonância com o ideário imperial espanhol de "una fe, un rey, una lengua", conforme nos lembra Bartomeu Melià (2008, p. 152). As reduções, ao agrupar diferentes etnias sob um mesmo regime espiritual e linguístico, funcionavam como instrumentos de pacificação e controle. A diversidade seria um obstáculo à conversão e à administração; daí a necessidade de reduzir as "particularidades" em nome de uma unidade maior. Essa operação simbólica teve consequências profundas: apagou fronteiras étnicas, dissolveu identidades locais e transformou a pluralidade indígena em uma ficção de uniformidade cultural - o "mundo guarani".

Em síntese, a formação das reduções jesuíticas – indígenas sobre o mosaico multiétnico do antigo Paraguai instaurou um novo regime de classificação e de visibilidade. Neste cenário, a guaranização não foi resultado do contato entre diferentes etnias, mas sobretudo **u**ma construção discursiva e institucional, legitimada pela escrita, pela catequese e pela administração colonial. O "Guarani missioneiro" emergiu, assim, como produto de um projeto civilizatório que, ao pretender unificar, acabou por silenciar a complexidade de parte da América indígena meridional.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244
v. 12, n. 2, maio.-ago. 2026
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

A GUARANIZAÇÃO COMO NARRATIVA COLONIAL: DO DISCURSO À PRÁTICA MISSIONEIRA

O conceito de guaranização, conforme propus em Silva (2018), ultrapassa o campo da etnicidade e adentra o território das representações. Não se trata apenas de um processo de imposição cultural entre grupos nativos, mas de uma operação discursiva, construída pela pena de navegadores, exploradores, conquistadores e missionários que produziram as primeiras imagens do indígena platino. Esses personagens históricos, ao descreverem as populações das Províncias do Rio da Prata, projetaram sobre elas uma unidade fictícia, transformando o Guarani em símbolo de um povo único, expansivo e dotado de suposta superioridade cultural e linguística.

Desde o início do século XVI, as crônicas ibéricas revelam essa tendência à homogeneização. O cronista Luis Ramírez, em sua célebre carta escrita durante a expedição de Sebastião Caboto (1526), foi um dos primeiros a utilizar o termo *guarani* para nomear indígenas com quem travou contato no curso do rio da Prata. A carta, dirigida a seu pai, descreve uma população espalhada pelas terras, belicosa e dotada de uma língua comum, sendo os primeiros contornos do que viria a ser a imagem do Guarani colonial. Ramírez, ao registrar o termo, criou um marcador identitário que passou a ser replicado por outros cronistas, tal como Cabeza de Vaca, que impactou a historiografia indígena por meio das crônicas que relataram suas andanças pelo continente.

A mesma tendência aparece em Juan López de Velasco (1574), cronista de gabinete do Conselho das Índias, que jamais esteve na América, mas que, com base em relatos de marinheiros exploradores e conquistadores, consolidou a ideia de que:

> Así como estas provincias son grandes, son muchas las naciones de indios que hay, y más la diversidad de lenguas que platican, aunque **se reducen a dos diferencias** de naturales; **unos que llaman gandules**, por la mayor parte muy altos, más que españoles, bien hechos y de buenas facciones, enjutos y morenos, y bien proporcionados, de buenas fuerzas aunque sin maña, mal vestidos; no siembran, y se sustentan de la caza y pesca, holgazanes, y su más continuo ejercicio es la guerra: **los otros son los indios labradores guaraníes**, que quiere decir guerreros, porque van muy lejos de su tierra á guerrear, de estatura de españoles, y bien agestados, que hacen sus sementeras, y entretanto que se crían también ejercitan la guerra, caza y pesca: entre ellos, los que están alrededor de la Asunción, son los que más se derraman por la tierra, y así la lengua de los que se llaman guaraníes es la que generalmente se habla en todas las provincias, aunque tienen lenguaje particular (Velasco, 1894, p. 555).

Peter Burke (2000), nos observa que toda transmissão cultural implica adaptação e transformação. Assim, o olhar distante de Velasco não apenas reproduziu as narrativas

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244
v. 12, n. 2, maio.-ago. 2026
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

anteriores - ele as reinterpretou, convertendo relatos fragmentários em uma visão sistemática e coerente de um "povo guarani" que dominava extensões continentais. A escrita colonial, nesse sentido, não descreve o indígena, o inventa.

A noção de *guaranização* pode, portanto, ser entendida como um efeito da escrita colonial. O guarani dos textos não é o mesmo guarani das aldeias, mas uma figura construída para cumprir uma função política e simbólica. O ato de nomear, classificar e descrever era também um ato de poder, de enquadrar a alteridade indígena dentro das categorias compreensíveis à mentalidade europeia. Esta concepção vai ao encontro do que nos observa Roger Chartier (1990), a qual toda "representação é uma forma de apropriação", e as representações coloniais dos Guarani cumpriram precisamente esse papel: transformaram a diferença em semelhança, o múltiplo em um.

Essa "ficção de unidade", produzida nas letras de cronistas, seria posteriormente incorporada ao projeto missioneiro jesuítico, transformando-se em prática política e religiosa. Com a fundação das reduções a partir de 1609, a Companhia de Jesus encontrou no discurso da guaranização um poderoso instrumento de evangelização. A ideia de que os povos falavam uma "mesma língua" e partilhavam uma "mesma natureza" espiritual, legitimava o esforço de reuni-los sob um mesmo regime doutrinal. A homogeneidade linguística, real ou imaginada, tornava possível um modelo de catequese coletivo e uniforme.

A linguagem missioneira reforçou esse processo. O franciscano Luis Bolaños, seguido por Alonso de Barzana, elaborou as primeiras gramáticas e catecismos em língua geral guarani. Mais tarde, o jesuíta Antonio Ruíz de Montoya, com seu *Tesoro de la Lengua Guaraní* (1639), consagrou a escrita dessa língua como ferramenta de conversão e administração. Montoya exaltava o guarani como "tan universal, que domina ambos los mares", apresentando-o não apenas como idioma, mas como símbolo de unidade espiritual e civilizadora. Essa visão reforçava a crença de que os Guarani constituíam uma nação coesa, predisposta à fé cristã, ideia que, conforme Bartomeu Melià (1988, p. 94), tornou-se "a base teológica e política da missão paraguaia".

No interior das reduções, a guaranização linguística e cultural passou a ser um dos pilares do cotidiano. Grupos de origens étnicas diversas eram reunidos e instruídos na língua guarani e na doutrina cristã. A assimilação linguística era acompanhada de uma reorganização simbólica: o indígena deixava de pertencer a uma etnia ancestral para integrar a nação guarani cristã. Em termos foucaultianos, a redução operava como uma "tecnologia do poder pastoral",

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244
v. 12, n. 2, maio.-ago. 2026
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

que visava produzir corpos dóceis e almas disciplinadas. O guarani missioneiro, resultado desse processo, por mais que fosse um sujeito histórico, era também uma criação política e teológica.

O cronista jesuíta Pedro Lozano, em meados do século XVIII, reconheceu a amplitude dessa reconfiguração. Em sua *Historia de la Compañía de Jesús del Paraguay* (1754), observou que "todas estas gentes usaban del idioma general Guarani", ainda que nem todas fossem originalmente Guarani. Neste contexto, a língua tornava-se o principal marcador identitário, falar guarani equivalia a ser Guarani. Essa transposição de critérios, do étnico ao linguístico, revela a profundidade do processo de guaranização. O idioma tornou-se o veículo da fé e o signo da civilização, de modo que o indígena "guaranizado" passou a representar o ideal de cristão indígena, contraposto ao "montês" ou "Caágua", categorias associadas à resistência e à barbárie.

Portanto, os discursos missioneiros produziram uma narrativa dualista: de um lado, o Guarani reduzido, cristão e civilizado; de outro, o índio do mato, infiel e rebelde, que mesmo que falasse a língua do guarani antigo, não era considerado guarani, fato que contrapunha os primeiros relatos do início da conquista. Essa oposição, presente nas cartas anuais e nos relatórios jesuíticos, servia para legitimar a própria existência das reduções como baluartes da ordem cristã. A guaranização, portanto, cumpria uma função de fronteira simbólica, distinguindo o "dentro" e o "fora" da cristandade. Neste aspecto, quando o Guarani reduzido se consolidou como categoria missioneira, todos os demais passaram a ser apenas falantes do idioma guarani (SILVA, 2018). Paradoxalmente, no discurso, todos que estavam "dentro" da redução eram guaranis e todos que estavam "fora" dos muros da redução não eram guaranis.

Neste aspecto a guaranização tornou-se uma política de identidade institucionalizada. O processo reducional, ao mesmo tempo em que convertia, também inventava: criava um "povo guarani" ajustado às exigências do mundo colonial. Essa invenção não foi neutra. Ela implicou o apagamento da diversidade pré-colonial, a dissolução das fronteiras étnicas e a reconstrução das identidades sob um modelo unificado e controlado. O resultado foi a consolidação do que Guillermo Wilde (2009) denominou de *território e etnogênese missioneira*, uma configuração social em que a fé, a língua e o espaço reducional se articularam para criar uma nova territorialidade indígena.

Em suma, a guaranização como narrativa colonial foi um processo de tradução e invenção: traduziu o múltiplo em uno, inventou um povo para justificar uma missão. Do discurso dos cronistas à prática dos jesuítas, o "Guarani" tornou-se uma categoria totalizante,

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

capaz de representar boa parte da totalidade da alteridade indígena nas províncias platinas. Essa operação discursiva produziu um efeito duradouro na historiografia e na memória, que até hoje, mesmo com o aporte de novas pesquisas, tende a identificar o universo missioneiro exclusivamente como sendo de índios guarani.

O CASO DO ANTIGO TAPE E A CONSOLIDAÇÃO DA "IDENTIDADE GUARANI"

A região do antigo Tape representou um ponto culminante no projeto reducional da Companhia de Jesus na antiga Província do Paraguai. Foi nesse espaço, entre os séculos XVII e o transcorrer do século XVIII, que a guaranização alcançou, o que considero ser a consolidação da meta jesuítica nascida durante a Reforma Protestante na Europa, tanto no plano material quanto no simbólico, transformando-se em um verdadeiro modelo de identidade missioneira. As reduções do Tape se tornaram o paradigma do "mundo guarani", mas essa unidade aparente resultou de um processo de homogeneização política, cultural e espiritual que ocultou uma diversidade de grupos étnicos e experiências que ali coexistiram.

O território do Tape não era originalmente habitado apenas por grupos guarani, havia ali uma complexa tessitura étnica composta, especialmente, por ancestrais dos Kaingang, Xokleng, Ybirayara, e outros, que mantinham relações de troca, aliança e conflito entre si. As fontes jesuíticas, de maneira geral, ao se referirem a esses habitantes, utilizaram o nome guarani como categoria totalizante. Essa designação unificadora derivada ainda de crônicas mais antigas e reforçada pela ação e pelo discurso missioneiro, converteu o Tape em território emblemático da "nação guarani", apagando as fronteiras étnicas e impondo uma identidade única a partir da língua e da fé.

A fundação das primeiras reduções no Tape, por volta de 1626, San Nicolás del Piratini, San Francisco Xavier del Yaguarités, Nuestra Señora de la Candelaria del Ibicuy, Nuestra Señora de la Asuncion del Ijuhy Candelaria del Piratiní, entre outras, e posteriormente o estabelecimento das reduções que chamamos comumente de Sete Povos, a partir de 1682, marca efetivamente a expansão missioneira para este território. Em espaços, conforme observou Bartomeu Melià (1988), concebidos segundo um modelo urbano cristão, organizado em torno da igreja, da praça e das oficinas, que reproduziam o ideal ibérico de civitas e disciplinavam o cotidiano indígena, a língua guarani foi imposta como idioma litúrgico e administrativo, consolidando-se como elemento estruturador da comunidade. A homogeneização linguística e espiritual, que havia começado nas margens dos rios Paraná, Paraguai encontrou no Tape sua expressão mais sistemática.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Não desconsidero a resistência cultural indígena, mesmo no âmbito das reduções, para firmar minha tese, mas considero que o discurso jesuítico influenciou uma gama de produções históricas produzidas em períodos posteriores, as quais, de forma consciente ou inconsciente, não perceberam a diversidade étnica presente. Neste sentido, a documentação missioneira demonstrava que as reduções funcionavam como laboratórios de uniformização cultural. Em cartas ânuas e relatórios, os jesuítas descreveram o orgulho de ver "um só povo, uma só língua, uma só fé". Essa tríade expressa com clareza a dimensão política do projeto: a conversão religiosa era inseparável da reconfiguração identitária.

Portanto, a guaranização "não se deu apenas pela via do contato entre grupos étnicos, mas, sobretudo, no campo narrativo e institucional" (Silva, 2018, p. 29), ou seja, na forma como os próprios jesuítas representavam e organizavam a alteridade indígena. O Guarani missioneiro era, assim, também uma criação discursiva sustentada por práticas de controle e disciplina.

A guaranização institucional do Tape manifestou-se não apenas na língua e na religião, mas também nas formas de sociabilidade e no espaço físico. O traçado urbano das reduções, padronizado, hierarquizado e centrado no templo, simbolizava a ordem divina e a ordem da realeza.

Neste contexto, mesmo considerando a ressignificação efetuada pelos indígenas, a catequese reorganizou os tempos e os ritos; substituiu as danças e cantos tradicionais pelos cânticos litúrgicos; os rituais xamânicos, pela confissão e pela missa. As festas cristãs substituíram os antigos ciclos agrícolas e míticos. No plano simbólico, portanto, o indígena era "recriado" dentro de uma nova temporalidade e cosmovisão. O *Tekoha*, espaço ancestral da vida guarani, transformava-se em *redução*, espaço do cristão disciplinado.

Essa transformação atingiu também o campo da memória, pois o Tape, em certo sentido, foi descrito em documentos jesuíticos e, mais tarde, na historiografia missioneira, como o coração do mundo guarani, ou seja, era a região de maior relevância para o mundo Guarani. No entanto, o que se observa é que essa identidade guarani foi resultado de um processo de redução da diversidade. A experiência missioneira converteu identidades nativas em uma comunidade idealizada, projetando uma uniformidade inexistente.

Ao trabalharmos com fontes históricas coloniais sabemos que é muito difícil iluminar criticamente determinadas narrativas, mas, assim como observou Thiago Leandro Vieira Cavalcante (2014), a História Indígena deve romper com as representações homogeneizadoras, portanto, no caso das missões, devemos tentar perceber que as missões eram espaços de

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

negociações e conflitos entre diferentes etnicidades. Neste sentido, podemos afirmar que no Tape, a "identidade guarani" foi menos uma herança e mais uma construção imposta, posteriormente reelaborada pelos próprios indígenas em novos contextos de resistência e sobrevivência.

O caráter paradoxal desse processo é evidente. As reduções do Tape foram, simultaneamente, espaços de dominação e de criação. Por um lado, impuseram uma gramática europeia sobre as culturas locais; por outro, possibilitaram aos indígenas novos modos de convivência e estratégias de adaptação. Conforme argumenta Guillermo Wilde (2009, p. 84), as missões devem ser compreendidas como "territórios de etnogênese", onde identidades foram reconfiguradas sob o impacto da colonização, mas também reapropriadas pelos nativos. O Tape, nesse sentido, não foi apenas o lugar da guaranização imposta, mas também o espaço de uma experiência vivida, reinterpretada pelos próprios indígenas, que ressignificaram a língua e a fé dentro de suas próprias lógicas culturais.

Os efeitos dessa experiência ultrapassaram o tempo colonial. A memória do Tape como "terra guarani" consolidou-se nos séculos posteriores, alimentando tanto a historiografia indígena quanto o imaginário popular, especialmente no Rio Grande do Sul. No entanto, essa imagem deve ser problematizada, pois ela perpetua uma narrativa que exclui outros sujeitos históricos e reforça a ideia de uma homogeneidade inexistente. Revisitar o Tape histórico é, portanto, revisitar o próprio mito da unidade guarani, desvelando suas camadas de construção discursiva.

Em síntese, o antigo Tape representou o ápice do processo de guaranização nas reduções jesuítico-indígenas. Nele, a identidade guarani foi institucionalizada como paradigma missioneiro, articulando língua, fé e disciplina em um projeto de engenharia cultural. Mas essa unidade foi conquistada à custa da diversidade, uma diversidade que foi silenciada em parte dos documentos e da historiografia, no entanto, na memória oral e nas tradições dos povos descendentes, persistiu a lembrança de tal período. Por exemplo, os kaingang, ainda trazem na memória oral a história da presença de antepassados vivendo o cotidiano das reduções. Neste aspecto, o Tape, mais do que um território histórico, foi culturalmente de natureza complexa. Existiram ali diferentes identidades étnicas as quais foram escondidas, apagadas sob as marcas da dominação, da invenção colonial e da recriação indígena.

A LÍNGUA, A CATAQUESE E A INVENÇÃO DO GUARANI COLONIAL

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244
v. 12, n. 2, maio.-ago. 2026
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Entre os múltiplos instrumentos utilizados no processo de cristianização das populações indígenas do antigo Paraguai, nenhum foi tão poderoso e simbólico quanto a língua. O idioma guarani, já amplamente difundido como *língua geral* entre diferentes grupos étnicos, converteu-se nas mãos dos missionários em uma ferramenta de unificação e controle espiritual. A guaranização, nesse sentido, não se restringiu ao campo das identidades étnicas, mas foi também um fenômeno linguístico e discursivo — uma política de comunicação e tradução que produziu, por meio das palavras, uma nova forma de ser indígena: o Guarani colonial.

Desde as primeiras experiências evangelizadoras, os missionários reconheceram o papel estratégico da língua como veículo da fé. Luis Bolaños e Alonso de Barzana, ainda no final do século XVI, foram pioneiros na elaboração de gramáticas e catecismos em guarani. A *Doctrina Christiana en lengua guaraní*, escrita por volta de 1603 pelo franciscano Frei Luis de Bolaños, representa um marco da política linguística. Por meio dela, os jesuítas reconheceram que a evangelização não poderia avançar pela imposição pura do castelhano, mas pela apropriação das línguas indígenas. Essa opção, porém, não significou o reconhecimento da diversidade, e sim sua redução: ao eleger o guarani como o idioma da conquista, o idioma missioneiro, a Companhia de Jesus transformou-o em idioma de fé, situação que silenciou as demais línguas regionais.

O jesuíta Antonio Ruiz de Montoya foi o grande sistematizador dessa política. Em sua obra *Tesoro de la Lengua Guaraní* (1639), Montoya descreveu o idioma com admiração quase mística: “tan universal, que domina ambos los mares, el del Sur por todo el Brasil y ciñendo todo el Perú con los dos más grandiosos ríos del orbe, el de la Plata y el Marañón”. Essa afirmação, mais do que uma constatação linguística, é uma declaração de poder, pois ela transformava a língua guarani em um idioma da conquista, capaz de unir vastos territórios sob a égide da cristandade. Como observou Bartomeu Melià (1988, p. 73), Montoya não descreveu o guarani tal como era falado pelos diferentes povos nativos, mas como deveria ser falado no âmbito da *república cristã das missões*. Trata-se, portanto, de uma língua reinventada, normatizada e disciplinada, que expressava o ideal jesuítico de ordem e universalidade.

A língua guarani foi o eixo em torno do qual se estruturou a vida nas reduções. Todos os atos da fé, catecismo, confissão, cânticos, orações, eram conduzidos nesse idioma. A liturgia era traduzida, mas também transformada, criando uma nova semântica cristã dentro de um vocabulário indígena. Termos como *Tupã* (Deus), *Anhangá* (espírito maligno), *Marangatu* (santo) e *Angaipa* (pecado) exemplificam o modo como os jesuítas reinterpretaram o universo

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244
v. 12, n. 2, maio.-ago. 2026
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

simbólico guarani para ajustá-lo à teologia cristã. Essa tradução missioneira, não foi neutra, pois ao impor novos sentidos sobre as palavras, os jesuítas promoveram um verdadeiro processo de colonização semântica em que o vocabulário ancestral foi convertido em instrumento de doutrina.

O efeito foi duplo. De um lado, o uso da língua geral guarani facilitou a comunicação e ampliou o alcance da catequese, garantindo a adesão formal de milhares de indígenas. De outro, criou uma linguagem intermediária, um idioma híbrido que servia de ponte entre o mundo indígena e o europeu, mas que já não pertencia inteiramente a nenhum deles. Essa língua missioneira, "limpa dos erros e dos mitos antigos", como desejava Montoya, era o espelho da nova identidade guarani cristã. Por meio dela, os indígenas não apenas falavam com os padres, mas também aprendiam a narrar o mundo conforme os parâmetros da fé católica.

Como observo Melià (1997), o guarani missioneiro tornou-se uma "língua de salvação". Falar a língua do *guarani reduzido* equivalia a ser cristão e civilizado; permanecer fiel às línguas ancestrais era resistir à graça. Assim, a língua foi transformada em instrumento de distinção espiritual e política. Esse uso da linguagem como critério de pertencimento foi uma das principais engrenagens da guaranização institucional: a identidade reducional dependia do domínio do idioma missioneiro, que funcionava como senha de entrada na nova ordem colonial.

É nesse contexto que se pode falar na invenção do Guarani colonial no seio das reduções, pois, ele não correspondia a diversidade de etnias pré-coloniais, mesmos as que poderiam ser consideradas guaranis, tampouco aos grupos que apenas compartilhavam elementos linguísticos próximos. Era uma identidade nova, moldada pela língua e pela doutrina, e legitimada pelos próprios missionários como paradigma da cristandade indígena. Pedro Lozano (1754) reforça essa concepção ao descrever os habitantes das reduções como "indios guaraníes, cristianos y obedientes", atribuindo-lhes um caráter moral e civilizatório que transcendia o aspecto étnico.

No âmbito simbólico, a guaranização linguística também redefiniu o imaginário indígena. A substituição dos mitos e narrativas tradicionais pelos catecismos, sermões e hinos em guarani transformou a oralidade em instrumento de doutrina. A "língua de Tupã", outrora associada à criação do mundo e à sabedoria ancestral, passou a ser mediada pela palavra escrita, a *Palavra de Deus*. O domínio da escrita e da leitura do guarani bíblico, restrito aos catequistas indígenas formados nas reduções, consolidou uma nova elite nativa: os "líderes da palavra",

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244
v. 12, n. 2, maio.-ago. 2026
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

guardiões da tradução e da fé. Desse modo, a língua foi também um espaço de poder simbólico e de hierarquização interna.

A catequese, ao se apoiar na língua guarani, tornou-se uma forma de reorganização do pensamento indígena. O ato de rezar, confessar e cantar em guarani cristianizado implicava a incorporação de novas categorias mentais e temporais. Neste aspecto a guaranização foi um processo pelo qual os jesuítas traduziram a salvação em vocabulário indígena, mas alteraram o modo como os povos concebiam o sagrado, o corpo e o tempo. A interiorização da fé, mediada pela língua, produziu o que Michel de Certeau (1982) chamou de "crença disciplinada": uma fé que se enuncia dentro das fronteiras do discurso imposto.

Em síntese, a língua e a catequese constituíram o núcleo da invenção do Guarani colonial. A guaranização linguística foi simultaneamente um projeto de poder e um campo de tradução cultural. Pela palavra, o indígena foi convertido; mas pela mesma palavra, também resistiu. A língua guarani, moldada, disciplinada e depois libertada, tornou-se o espaço simbólico onde se inscreveram as tensões entre dominação e reexistência, entre o evangelho e a memória ancestral.

A GUARANIZAÇÃO COMO APAGAMENTO DA DIVERSIDADE INDÍGENA

O processo de guaranização, entendido como fenômeno discursivo, linguístico e institucional, teve como um de seus efeitos mais profundos o apagamento da diversidade étnica que caracterizava boa parte do território da antiga Província do Paraguai. A categoria "Guarani", amplificada pela escrita colonial e consolidada pela ação missioneira, tornou-se sinônimo de indígena cristão, eclipsando uma multiplicidade de povos, línguas e cosmologias. Assim, o que se apresenta em boa parte da documentação e parte da historiografia como o "mundo guarani" é, na realidade, o resultado de um projeto de homogeneização cultural, cujo alcance ultrapassou as fronteiras das reduções e se projetou sobre a própria memória do continente.

Antes da chegada dos jesuítas, por exemplo, as terras do Guairá, Itatim e Tape eram habitadas por grupos heterogêneos que interagiam em redes de aliança, comércio e conflito. Essa diversidade foi descrita de modo fragmentado pelos cronistas coloniais, mas logo substituída por uma imagem unificadora.

A guaranização colonial, ao uniformizar a identidade dos povos, implicou também um reordenamento da memória, pois boa parte do discurso missioneiro, reproduzido pela historiografia posterior, cristalizou a imagem de um território essencialmente guarani,

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244
v. 12, n. 2, maio.-ago. 2026
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

ignorando as continuidades culturais de outros grupos. Povos como os ancestrais dos Kaingang, Minuano, Charrua, no caso especifico do Tape, entre outros, foram absorvidos na categoria genérica de "índios guaranizados". Como resultado, a pluralidade linguística e cultural foi relegada à condição de nota de rodapé. Esse apagamento foi reforçado por uma lógica colonial que, conforme Tzvetan Todorov (1983), reduzia a diferença àquilo que podia ser assimilado e compreendido pelo olhar europeu.

Um olhar mais crítico sobre essa visão homogênea começou a ganhar claridade em trabalhos de Bartomeu Melià, Branislava Susnik, Combès e Villar, entre outros. Susnik (1979, p. 41), em seus estudos sobre os povos do Paraguai, já havia advertido que "o conceito de guarani foi historicamente inflado até perder seu valor etnográfico, convertendo-se em rótulo político e missioneiro". Segundo ela, os jesuítas, ao privilegiarem a língua guarani, criaram uma *etnicidade funcional*, adaptada às necessidades da missão. Essa análise converge com a perspectiva de Combès e Villar (2007), que definem as reduções como "fábricas de etnogênese", nas quais a identidade guarani foi produzida por meio de processos de fusão e exclusão.

Ao aplicar a categoria "Guarani" a todos os povos aldeados, os missionários instituíram um regime de visibilidade seletiva: apenas os que se adequavam à norma linguística e religiosa eram reconhecidos como parte da "república cristã das missões". Os demais, nômades, não convertidos, poliglotas, resistentes, eram classificados como bárbaros ou infiéis, condenados à invisibilidade. Essa fronteira simbólica entre o "guarani cristão" e o "índio do mato" estruturou uma hierarquia interna ao próprio universo indígena. Como nota Guillermo Wilde (2009, p. 102), "a evangelização jesuítica não apenas criou novas identidades, mas também novas diferenças", redefinindo quem era visto como sujeito da história e quem permanecia fora dela.

A guaranização, portanto, não foi um fenômeno espontâneo de aculturação, mas um projeto político de reorganização social e epistemológica. A transformação de indígenas em "Guarani" implicou uma reconfiguração das categorias de pertencimento e de saber. A cosmologia guarani-cristã substituiu os sistemas nativos de conhecimento, impondo novas explicações para o mundo, o tempo e o sagrado. Como argumenta Michel Foucault (1971), o poder produz saberes, e esses saberes produzem realidades. No caso das missões, o discurso da guaranização ajudou a criar a própria realidade guarani, uma realidade textual e institucional, cuja autoridade se perpetuou em arquivos e manuais escolares.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244
v. 12, n. 2, maio.-ago. 2026
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

O impacto desse processo também se refletiu na historiografia. Durante muito tempo, o termo “missões guaranis” foi utilizado sem questionamento, reforçando a ideia de que todos os povos missioneiros partilhavam uma mesma origem. Essa narrativa, herdada das crônicas jesuíticas e das sínteses iluministas do século XVIII, naturalizou a equivalência entre “redução” e “guarani”. Neste aspecto, a história missioneira foi escrita sob o signo do Guarani, como se as reduções tivessem sido expressão de um único povo, e não de uma pluralidade reduzida à unidade. O resultado é que parte da historiografia, ao exaltar a obra civilizatória das missões, indiretamente perpetuou o silenciamento das vozes indígenas não guarani.

No entanto, posso argumentar que esse apagamento não foi absoluto. Mesmo dentro das reduções, é possível identificar resistências e fissuras no discurso homogêneo. A presença de múltiplas línguas nas fronteiras, o sincretismo de rituais, as fugas coletivas e as retomadas de práticas ancestrais mostram que a guaranização foi também um campo de tensão. Neste aspecto, o processo reducional jamais conseguiu eliminar completamente a diversidade, apenas a mascarou sob uma gramática cristã. O que se perdeu na documentação oficial sobreviveu na oralidade, na toponímia e nas práticas culturais dos povos contemporâneos.

Reconstituir essa diversidade é, hoje, uma tarefa política e epistemológica. Como defendem Melià (2011) e Wilde (2014), é preciso descolonizar o olhar sobre o passado missioneiro, reconhecendo que a categoria “Guarani” foi um dispositivo colonial que organizou o saber europeu sobre o indígena. Ao historicizar a guaranização, não se nega a importância da língua e da cultura guarani, mas se evidencia o modo como elas foram instrumentalizadas para construir uma imagem única da alteridade. A crítica contemporânea, ao tentar recuperar a memória de sujeitos apagados na historiografia, especialmente no caso das reduções, tais como os ancestrais dos Kaingangs, Charruas, Minuanos, entre outros, ajuda a devolver uma complexidade étnica que o passado colonial simplificou.

Assim, a guaranização como apagamento da diversidade deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de invenção colonial da diferença. Sob o discurso da unidade linguística e espiritual, operou-se uma profunda transformação nas formas de nomear, classificar e lembrar os povos indígenas. O Guarani colonial, figura ideal do cristão reducional, tornou-se o espelho em que o Ocidente quis ver refletida sua própria obra civilizadora. Desvelar esse espelho é também recuperar o direito dos povos à sua pluralidade, à sua história e à sua palavra.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244
v. 12, n. 2, maio.-ago. 2026
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de guaranização no contexto do período colonial, em especial nas reduções jesuítico-indígenas da antiga Província do Paraguai, permite compreender como o encontro colonial entre europeus e povos nativos foi também um encontro de narrativas, linguagens e representações. A guaranização não se reduziu a um fenômeno étnico ou linguístico: ela constituiu um dispositivo discursivo e institucional por meio do qual se produziu uma nova identidade indígena.

Ao longo do artigo, vimos que a antiga Província do Tape, era originalmente um mosaico multiétnico e plurilinguístico, onde habitavam e circulavam grupos Guarani, ancestrais dos Kaingang, Charrua, Minuano, Ybirayara e outros. Esse mundo plural foi progressivamente simplificado pela escrita colonial, que converteu o termo "Guarani" em categoria totalizante.

Ainda no início da exploração, conquista e colonização, cronistas como Luis Ramírez e Cabeza de Vaca projetaram sobre o amplo território da antiga província do Paraguai uma imagem homogênea, que os missionários jesuítas, mais tarde, transformariam em fundamento de sua ação evangelizadora.

A partir do século XVII essa representação tornou-se política de Estado e instrumento de catequese, pois, conforme havia escrito Juan López de Velasco (1574), "todos no Paraguai eram guaranis".

Nas reduções, a guaranização foi materializada por meio da língua, da catequese e da disciplina cotidiana. O idioma guarani, *língua geral da terra*, tornou-se o veículo da fé e o marcador da civilização. A tradução dos textos cristãos e a reorganização dos ritos em guarani criaram uma nova semântica espiritual, substituindo os sistemas simbólicos anteriores por uma gramática missioneira. O resultado foi a invenção do Guarani cristão, figura modelar do indígena convertido, um sujeito que falava a língua da salvação e vivia segundo as normas da fé católica.

No entanto, essa unidade aparente ocultava uma profunda diversidade. A guaranização, ao homogeneizar, apagou fronteiras étnicas e linguísticas, relegando à invisibilidade grupos étnicos que não faziam parte dos Guarani. A história das "missões guaranis", como foi consagrada pela tradição historiográfica, também é a história de uma diversidade reduzida, tanto no sentido geográfico quanto simbólico. O discurso da unidade, ao legitimar o projeto colonial, transformou a diferença em exceção, e a pluralidade em desvio.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Reconhecer esse processo é, portanto, um exercício de descolonização da memória. A guaranização, entendida como operação de poder e representação, revela como as identidades indígenas foram moldadas e instrumentalizadas pelo olhar europeu. Mas também evidencia que, mesmo dentro das reduções, os povos indígenas mantiveram margens de autonomia, reinventando o idioma missioneiro, reinterpretando os símbolos da fé e preservando práticas culturais próprias. Neste aspecto, o Guarani missioneiro foi tanto produto da dominação quanto expressão da resistência, um híbrido que testemunhou a complexidade do encontro entre mundos.

Hoje, revisitar o fenômeno da guaranização é repensar o próprio modo de escrever a história indígena. Significa romper com as narrativas que tomam a unidade por dado natural e reconhecer que toda identidade é uma construção histórica, situada e relacional. Significa também devolver visibilidade aos sujeitos esquecidos, aos povos não guarani que contribuíram para a formação do espaço missioneiro e cujas memórias permanecem vivas nas comunidades atuais.

Assim, a guaranização das reduções jesuíticas deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de invenção colonial da América indígena, um processo que produziu identidades, classificou diferenças e fabricou tradições. Desfazer os efeitos desse olhar exige uma historiografia capaz de escutar as vozes silenciadas e reconhecer, na aparente uniformidade, a persistência de uma pluralidade profunda.

Ao compreender a guaranização como narrativa e política, o historiador contemporâneo reencontra nas ruínas do passado, não apenas o vestígio de uma experiência colonial, mas também a urgência de repensar o passado a partir das perspectivas indígenas. Pois, se o colonialismo homogeneizou as diferenças, cabe hoje à história pluralizar novamente à América Meridional, sua complexidade étnica, sua multiplicidade humana.

REFERÊNCIAS

BARZANA, Alonso de. Carta de la Asunción del Paraguay, dirigida á su Provincial, el P. Juan Sebastián, el día 8 de Septiembre de 1594. In: PASTELLS, R. P. Pablo. **Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)**: según los documentos originales del Archivo General de Indias. Tomo I. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1912.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **História indígena e etno-história**. São Paulo: Contexto, 2014.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244
v. 12, n. 2, maio.-ago. 2026
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COMBÉS, Isabelle; VILLAR, Diego. **Reducciones y etnogénesis**: los pueblos indígenas del Gran Chaco. Asunción: CEADUC, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1971.

FREITAS DA SILVA, André Luis. **Reduções Jesuítico-Guarani**: espaço de diversidade étnica. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2013.

MELIÁ, Bartomeu. **Quando todos são guarani**: a guaranização indígena em escritos do século XVI nas Províncias do Rio da Prata. 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

LOZANO, Pedro. **Historia de la Compañía de Jesús de la Provincia del Paraguay**. Madrid: Imprenta de la Viuda de Manuel Fernández, 1754. Tomo I e II. Disponível em: https://bvpb.mcu.es/iberoamerica/gl/consulta/registro.do?control=BVPB20090007567. Acesso em: 18 abr. 2023.

MELIÁ, Bartomeu. **El guaraní conquistado y reducido**: ensayos de etnohistoria. Asunción: CEADUC, 1988.

MELIÁ, Bartomeu. **La lengua guaraní del Paraguay**: historia, sociedad y literatura. Asunción: CEPAG, 2011.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Tesoro de la lengua Guaraní**. Madrid: Juan Sánchez, 1639. Disponível em: https://archive.org/details. Acesso em: 17 ago. 2016.

SANTOS, Maria Cristina dos. Clastres e Susnik: uma tradução do "Guarani de papel". In: GADELHA, Regina Maria A. F. (org.). **Missões Guarani**: impacto na sociedade contemporânea. São Paulo: EDUC, 1999.

SUSNIK, Branislava. **Epatrimônio del Paraguay**. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1979.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VELASCO, Juan López de. **Geografía y Descripción Universal de las Indias** [1574]. Madrid: Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid; Fortanet, 1894. Disponível em: https://dn790007.ca.archive.org. Acesso em: 17 nov. 2016.

WILDE, Guillermo. **Religión y poder en las misiones guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.

WILDE, Guillermo. **Territórios de la palabra**: misioneros, guaraníes y escritura en el Paraguay colonial. Asunción: CEADUC, 2014.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v12i2.492
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional